

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

RECURSO CONTRA RAZÃO

Blumenau, 10 de Junho de 2019

Ilustríssimo Senhor pregoeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina-IFSC.

Ref: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 0001/2019

CENTRAL BLU LTDA ME., pessoa jurídica de direito privado interno, inscrita no CNPJ sob o n. 18.084.091/0001--56, com sede na rua Vilfrido Passold, nº 101, Bairro Fidelis, município de Blumenau/SC CEP 89060-090, vem, por meio de seus procuradores, respeitosamente, apresentar as suas CONTRARRAZÕES em face do recurso interposto pela licitante DAMIRAIDE LÚCIA MAFRA – JKSERVIÇOS ME.

DOS FATOS

Trata-se de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo registro de preços por grupo, cujo objeto é: da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Eventual Contratação de Empresa Especializada para Manutenção Preventiva, Corretiva, Instalação e Desinstalação de Aparelhos de Ar Condicionado, com fornecimento de peças e acessórios originais, para o IFC Campus Luzerna e demais Órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Iniciada a licitação, em sessão pública de abertura de propostas do Grupo 1 ao Grupo 7, aberta a sessão, ora recorrida, sagrou-se vencedora, ao apresentar a menor proposta para todos os grupos em questão a empresa CENTRAL BLU LTDA ME. Ultrapassada esta fase, iniciou-se a fase de habilitação da licitante exitosa. A Recorrida apresentou documentação de habilitação técnica farta e idônea, que comprovava a sua qualificação, sendo por consequência habilitada no certame em 1ª estância. Entretanto, a licitante DAMIRAIDE LÚCIA MAFRA-JK SERVIÇOS, ora recorrente, insurgiu-se contra a decisão administrativa, alegando que a recorrida deveria ser inabilitada, em razão de não atendimento a alguns itens do edital. Contudo, as alegações levantadas pela Recorrente não devem prosperar, uma vez que atendeu a todos os itens do edital de licitação, motivo pelo qual a Recorrida – firme em suas convicções – passa a expor as suas contrarrrazões.

Além de instruções deliberadas, estapafúrdias e inconformadas, a empresa DAMIRAIDE LÚCIA MAFRA, faz acusações e firmamentos sem embasamento, fulcro ou anexos, aferindo a honra, moral, ética e ressalva conduta, da empresa CENTRAL BLU LTDA ME e inclusive cometendo injúria, difamação, calúnia e desacato ao pregoeiro dessa licitação, a partir do momento que afirma que a empresa que recorrida, burla a licitação para se sagrar vencedora, com a cumplicidade da comissão de licitação.

O pregoeiro, pessoa idônea, imparcial, nomeado por órgãos deliberativos e com grande competência, funcionários públicos que inclusive nem acejam ou almejam conhecer as empresas participantes de qualquer tipo ou meio de licitação para não aferir a ordem.

Tão pouco, não cabe nem a empresa CENTRAL BLU LTDA ME, ou qualquer outra empresa ou indivíduo, transliterar, adjudicar ou deliberar qualquer meio de informação que visa buscar imparcialidade do pregoeiro, esse tipo de atitude caracteriza-se crime contra a administração.

Portanto, quem somos nós afim de julgar as ações do pregoeiro ou das comissões avaliativas, duvidar de sua imparcialidade ou até mesmo, questionar seu caráter sendo que os mesmos são conduzidos e subordinados por órgãos administrativos em suas instituições.

Afirmar, alegar, culminar ou até mesmo questionar com alegações fora de embasamento é crime, e deve ser punido com o maior rigor da lei.

A partir do momento que a empresa afirma que a licitante vencedora burla os atestados da licitação e que a comissão permanente aceita, ela quer dizer que ambos foram cúmplices. Sem nem mesmo expor contra razão lógica para isso ou fato que sustente suas alegações.

Nesta afirmação da empresa DAMIRAIDE LÚCIA MAFRA, a mesma comete 3 penalidades resguardadas civilmente e criminalmente pela constituição federal brasileira, qualificando-se como crimes de Injúria (art 140 código penal brasileiro), que é injuriar alguém, imputar a este uma condição de inferioridade perante a si mesmo, atacando seus tributos pessoais, alegando prejuízos que a aferem como empresa ou pessoa;

Difamação (art 139 código penal brasileiro), que é difamar alguém ou instituição, imputando-lhe fato ofensivo a sua conduta ou reputação;

e Calúnia (art 138 do código penal brasileiro) visando tutelar ação de fato ocorrido com incertezas de indivíduo jurídico ou objeto jurídico aferindo a competência física, intelectual, moral e demais dotes.

Tais atos praticados pela empresa questionadora são intermitentemente casos a serem julgados por um tribunal jurídico, porém, ao contrário do sub-judice, a empresa CENTRAL BLU LTDA ME, não tem interesse em causar tumulto, prejuízos ou constrangimentos à administração pública nem a esse certame ou a essa comissão, e pede solenemente afim de não precisar sagrar ou imputar ação contra a recorrente, que se retrate perante esta comissão, não aferindo sua capacidade, moral, sensatez, honra de seus proprietários e colaboradores, pois neste âmbito todos se sentem afetados pela julgadora.

A Recorrente, busca apenas tumultuar, corroborar o procedimento licitatório, oriunda de seu oportunismo, por meio de argumentos as quais tem conhecimento de que não prevalecem, seja no TCU, no Judiciário ou na doutrina, pois trata-se de um argumento vazio da Recorrente e sem quaisquer utilidades. Isto porque a Recorrida não está questionando o edital de licitação ou a comissão. Se houvesse algum inconformismo com o instrumento convocatório ou habilitatório, certamente a Recorrida impugnaria o edital e não a comissão julgadora. Não impugnou porque confiante em sua capacidade técnica e porque o edital não contém qualquer ilegalidade, tão pouco a comissão. No que tange às alegações de que a Recorrida não reúne a documentação necessária à sua habilitação, estas devem ser rechaçadas. Sendo que nem mesmo por motivos pessoais ou jurídicos entendemos a imparcialidade da empresa Recorrente em questão, sendo causa motivadora, sendo que nem mesmo a empresa recorrente, poderia estar participando deste processo licitatório.

Questões:

A empresa recorrente, adentrou, impetrou alegações e recursos, contra apenas 4 grupos, num total de 7 grupos, sendo que através de estudo de nosso setor de engenharia e licitações, concluímos que a empresa, coincidentemente impetrou recursos a lotes com não mais de 245 km de distância de sua sede que fica na cidade de São José/SC, os demais lotes que ultrapassam essa distância, a recorrente não expôs recurso. Os demais grupos que inclusive provém de cidades próximas a recorrente, continuam cidades adjacentes que ultrapassam a distância de 245 km, ou seja, a recorrente buscava impetrar recurso contra a empresa CENTRAL BLU LTDA ME em busca oriunda de benefício próprio uma vez que foi vencedora em outros lotes do IFSC em outras regiões do estado de Santa Catarina/SC de diferentes editais. Essa mesma recorrente, defende-se de um processo de recurso em outro edital, em princípio discordância em habilitação técnica, e em total contradição, sugere a essa comissão nossa inabilitação por causa de fatos insurgentes, mas provém defender-se da mesma causa em outra situação equivalente.

Outro fato que nos ocorre, é que a empresa DAMIRAIDE LÚCIA MAFRA, participou deste processo seletivo já não cumprindo os

requisitos dos mesmos, caso fosse consagrada vitoriosa do certame e fosse habilitada, talvez confiando em alegações judiciais ou se faze ar de alegações desfundamentadas, uma vez que exige no edital:

8.9.4.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Findo em afirmar, através de consulta a órgãos legais, de viabilidade pública que a empresa DAMIRAIDE LUCIA MAFRA, recorrente neste certame, foi fundada no dia 06/12/2018, ou seja, até a data de hoje, a mesma completa 6 meses e 4 dias de atividades perante os órgãos públicos, questionamos como esta empresa apresentaria atestados de capacidade técnica de um ano de execução a serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado. A recorrente afirma que a recorrida não dispõe de atestados de capacidade técnica que cumpram o quantitativo exigidos em edital, nesse caso a recorrente, teria então para apresentar para esta comissão, os respectivos atestados de capacidade técnica, com a capacidade supra mencionada, afim de desabonar a habilitação da recorrida.

Em pesquisa aos órgãos responsáveis, foi constatado que a empresa DAMIRAIDE LUCIA MAFRA tem seus respectivos registros no CTF nº 2000059006 e no CREA/SC nº 161823-5(sem vinculação com engenheiro e sim técnico em refrigeração), desde dezembro de 2018, então não teria como tecnicamente atender as exigências técnicas desse edital. Tais declarações e afirmações, são totalmente esdrúxulas, uma vez que apresentamos atestados de capacidade técnica, do quantitativo exigidos no edital, de empresas do estado, famosas, concretas, inquestionáveis, de fácil acesso, onde qualquer pessoa, instituição ou cidadão, poderia vir a atrelar diligências afim de confirmar tais declarações.

Questionamos ainda, qual o objetivo da empresa recorrente, de participar dessa licitação, ou de apresentar recurso contra a empresa CENTRAL BLU LTDA ME, uma vez que não atende as exigências deste certame, que mesmo no caso de uma possível inabilitação da empresa recorrida, a mesma não poderia angariar ou pressupor habilitação desta licitação.

8.8.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do itempertinente.

Segundo pesquisa a instituições financeiras públicas e abertas, a empresa DAMIRAIDE LUCIA MAFRA, tem um capital social findado e consolidado no valor de R\$ 5000,00(cinco mil reais), perante a RECEITA FEDERAL, que de maneira alguma a desigualdade do direito como MICRO EMPRESA, de participar de processos licitatórios, mas no caso desse processo em questão, não atenderia a exigência tributária e contábil do edital.

Ainda assim, a recorrente insiste em aferir alegações, ponderações, acusações e questionamentos contra a recorrida, com argumentos totalmente desfundamentados, desajustados, onde o processo foi todo claro, imparcial e seguindo os critérios das leis que os regem.

Solicito gentilmente ao pregoeiro e a comissão permanente deste certame, que continue mantendo sua decisão já tomada, na habilitação da empresa CENTRAL BLU LTDA ME, já que não há nenhuma clausura em seu desfavor, já que em primeira análise a empresa cumpre todos requisitos exigidos no edital, até mesmo porque a comissão tem total arbítrio logrado inclusive no edital de fazer diligências para averiguar veracidade nos documentos entregues.

ESCLARECIMENTOS:

A empresa apresentou a esta comissão, documento comprobatório de associação ao CREA-SC, através de certidão de pessoa jurídica, da qual era quesito exigido no edital, disponível também no site do CREA/SC-empresas cadastradas, onde qualquer indivíduo ou empresa pode acessar e consultar para conferir o registro da empresa. CENTRAL BLU LTDA ME 159276-5(REGISTRO CREA/SC).

Os atestados de capacidade técnica em nome de outras empresas, aferem e visam a demonstrar a capacidade técnica do engenheiro mecânico responsável técnico da empresa e não da empresa CENTRAL BLU LTDA ME.

Em relação aos prazos mencionados pela recorrente, todos seguiram os itens praticados e descritos no edital, respeitando os prazos e apelos, com total imparcialidade do pregoeiro, que inclusive demonstrou clareza e transparência a todo momento através do chat. Aferir qualquer infâmia de conduta ao mesmo, caracteriza-se aferir contra sua honra e integridade física e moral, ressalvo sua conduta, que a todo momento foi perfeita e íntegra.

O engenheiro da empresa detém de cotas societárias da empresa CENTRA BLU LTDA ME, habilitando-se como responsável técnico da mesma, que foi transparentemente demonstrado através de contrato social e certidões do CREA/SC, sendo assim o mesmo contrato tem valor legal para demonstrar seu vínculo com a empresa, não substituindo sua responsabilidade técnica que é regida por órgãos competentes.

CONCLUSÃO

Portanto, necessário que sejam honradas as disposições consignadas no instrumento convocatório, mantendo a recorrida na condição de vencedora habilitada, mantendo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

PEDIDOS

Com base nos fatos narrados e calçada nas razões de direito expendidas, bem como na doutrina e jurisprudência consultada, a recorrida pugna pelo julgamento de total improcedência do recurso que ora contra-razões não tem argumentos, fundamentos e menos ainda materialidade, seja ela circunstancial ou substancial, e mantenha sua primeira decisão da habilitação da empresa CENTRAL BLU LTDA ME como vencedora definitiva de todos os lotes do certame alegando que a recorrente não possui argumentos ou sustentabilidade em seus fatos para desabonar a causa e nem notoriedade.

Desde já, pedimos humildemente desculpas a recorrente, caso ou acaso as declarações, formadas e findadas pela recorrida, venham a ferir moralmente, integralmente ou intelectualmente, findando que não é nosso intuito causar alvoroço, corroboração, infâmias ou constrangimento a esse pregão e nem a essa comissão.

Visamos apenas concretizar, sabatinar, o nosso direito adquirido através da concorrência nesse pregão eletrônico, prestando com eficácia, habilidade e compromisso, os serviços contratados, visando a eloquência do certame já julgado, e abrindo espaço para outras empresas que se fizerem interessadas em trabalhar como prestadores de serviços a esta instituição que tantos nos orgulha e nos representa como cidadãos catarinenses.

Por assim, dou fé e assumo as declarações formadas nessa contra razão

Grato

Atenciosamente

Mauro Luíz Fiorelli
Sócio Proprietário da empresa CENTRAL BLU LTDA ME
CNPJ 18.084.091/0001-56.

Fechar

